



ARTIGO ARTICLE

A violência cultural contra as mulheres através do processo histórico: Tessituras entre abordagens diversas

La violencia cultural contra la mujer a lo largo del proceso histórico: Texturas entre diferentes enfoques

Cultural Violence against Women through the Historical Process: Textures between Different Approaches

■ Aline Lisboa

e-mail: aline.lisboa@unesp.br

■ Raquel Cabral

e-mail: raquel.cabral@unesp.br

■ Guilherme de Oliveira

e-mail: guilherme.f.oliveira@unesp.br

Palavras-chave: estudos para paz, mulheres, processo histórico, violência cultural

Palabras-clave: estudios de paz, mujer, proceso histórico, violencia cultural

Keywords: peace studies, women, historical process, cultural violencia

Resumo

O presente artigo discorre sobre como a violência cultural contra mulheres fortaleceu as bases para a naturalização da subalternidade feminina, diante da ideia de inferioridade em relação aos homens. Em nossa abordagem trabalhamos com a acepção dos Estudos para Paz, por meio dos estudos de Johan Galtung (1990), analisando a teoria do “triângulo da violência” e como esta se interliga à problemática de gênero. Metodologicamente, utilizamos a pesquisa bibliográfica com base em autores de campos distintos do saber, como a Filosofia (Aristóteles, 2017), as Ciências Sociais (Engels, 2017); (Lévi-Strauss, 2012) e a Psicologia, mediante a perspectiva de Freud. Em nossos resultados destacamos como até hoje práticas violentas, como a questão da necropolítica, permanecem como legado histórico que legitima a naturalização da violência de gênero, seja em um sentido simbólico, seja em um viés direto ou estrutural.

Abstract

This article discusses how cultural violence against women strengthened the foundations for the naturalization of female subalternity, given the idea of inferiority in relation to men. In our approach, we work with the meaning of Peace Studies, through John Galtung (1990), analyzing the theory of the “triangle of violence” and how it interconnects with the gender issue. Methodologically, we used bibliographical research based on authors from different fields of knowledge, such as Philosophy (Aristóteles, 2017), Social Sciences (Engels, 2017); (Lévi-Strauss, 2012) and Psychology, through Freud. In our results, we highlight how until today violent practices, such as the issue of necropolitics, remain as a historical legacy that legitimizes the naturalization of gender violence, whether in a symbolic sense, or in a direct or structural bias.

Introdução

Questionar a condição feminina de modo crítico é fundamental para compreendermos de onde parte a naturalização da violência contra mulheres. Por meio de abordagens diversas, é possível observar que essa naturalização, durante o processo histórico, amparou e fortaleceu as bases de todo um sistema patriarcal ainda em vigor.

Neste texto, tencionamos compreender como a teoria do triângulo da violência, de Johan Galtung (1990), se relaciona com questões de gênero e grupos subalternizados e identifica como a violência cultural forma bases sólidas para legitimar a violência estrutural e direta. Além disso, destacamos o debate sobre necropolítica na contemporaneidade sob a ótica de Achile Mbembe (2011), trazendo à tona discussões sobre soberania, políticas do Estado do direito à vida e como os grupos mais vulneráveis se encontram no cerne dessa perspectiva.

Ao longo do trabalho, apresentamos o debate sociológico que lança reflexões sobre como a naturalização da condição subalterna feminina acabou por tornar as dinâmicas sociais mais violentas para mulheres. De modo divergente, autores como Friedrich Engels (2017) e Claude Lévi-Strauss (2012) elencam questões fundamentais que alicerçaram a disparidade entre os gêneros, como a divisão sexual do trabalho e as relações de parentesco. Para os autores, a questão do casamento e a ideia de criar uma categoria de subalternidade a partir do gênero para a mulher servir ao marido influenciaram drasticamente o desenvolvimento de uma sociedade patriarcal.

Encontramos também em pressupostos filosóficos fundamentos que promoveram a ideia de inferioridade feminina, como no caso de Aristóteles, que qualificava a mulher como destituída de alma e naturalmente inferior ao homem. O filósofo grego relegava à mulher o papel meramente de procriadora, concebendo-a como descartável quando idosa. Para além das ciências sociais e da filosofia, a psicanálise, sobretudo com Freud, também propôs um pensamento equivocado acerca da figura feminina, reforçando a ideia de que mulheres estão no mundo para procriar e só seriam contempladas como mães se gerassem bebês do sexo masculino, algo extremamente sexista e que vigora até hoje nos imaginários coletivos ao redor do mundo.

Acreditamos que o debate aqui proposto se faz necessário, tendo em vista que os desdobramentos do presente artigo servirão de base para futuros trabalhos acerca da temática que envolve violência cultural e questões de gênero na sociedade. Além disso, pensar a questão cultural definindo parâmetros para o exercício de práticas violentas nos conduz à urgência de lançar um olhar mais profundo e reflexivo sobre como a desigualdade de gênero foi instituída a partir de construções alicerçadas em um imaginário coletivo próprio da cultura de cada lugar.

Buscamos problematizar a dimensão da violência de gênero a partir da perspectiva cultural, mas não apenas nela. Sabemos que as de ordem estrutural e direta (Galtung, 1969; Cabral et. al, 2018) também se concretizam como ferramentas de subjugação da figura feminina à masculina, por meio de outras formas, não menos importantes para serem abordadas.

A violência de gênero em sua dimensão cultural: uma abordagem dos estudos para paz a partir de John Galtung

O estudo da “paz” e da “violência” parte de um princípio filosófico. No entanto, diversas áreas do conhecimento, com o passar do tempo, criaram abordagens próprias para analisar esses termos. Uma das abordagens mais conhecidas atualmente é a do sociólogo norueguês Johan Galtung, que, desde a década de 1970, vem contribuindo sumariamente com as investigações sobre estudos para paz. A teoria de Galtung rompe com a ideia tradicionalista de que paz é a ausência de guerra, apresentando uma nova análise da violência a partir do chamado *triângulo da violência*, em que essa é percebida de três formas diferenciadas, mas complementares.

De acordo com o autor, há três tipos de violência: a direta, a estrutural e a cultural. A primeira é uma violência de ordem física ou verbal, que fere diretamente e pela qual é possível identificar um acontecimento em que vítima e agressor são facilmente identificados; a segunda, está relacionada com as estruturas sociopolíticas, econômicas ou culturais, hierarquias, ou relações de poder, que tornam opacas as responsabilidades dos verdadeiros decisores que estão por trás das estruturas institucionais que, conseqüentemente, produzem vítimas, por exemplo, o desemprego; e a terceira diz respeito aos discursos e produtos culturais que podem ser utilizados para legitimar e naturalizar a violência, tendo relação intrínseca com questões simbólicas. Apesar de parecerem isolados, os três tipos se interligam, sendo a violência cultural apresentada sob aspectos que servem para justificar e legitimar a violência direta e a estrutural (Galtung, 1990).

Exemplo disso é como o machismo e o racismo se instauram nas práticas sociais do cotidiano a partir de simbologias criadas para silenciar pessoas pretas e pardas ou ainda para criar estereótipos de representatividade. No entanto, aspectos culturais podem contribuir para a violência ou paz cultural a partir do modo como as construções simbólicas operam na sociedade, unificando ou fragmentando, dissimulando ou reinventando (Thompson, 2000). Esse é o caso da violência ou da paz cultural em relação à perspectiva de gênero. A partir da condução ideológica que se segue, é possível criar uma prerrogativa de um imaginário coletivo calcado na desigualdade e na ideia de inferioridade e submissão da mulher em relação ao homem, ou simplesmente naturalizar uma suposta condição da mulher na sociedade, produzindo a ideia que essa condição não deve ser questionada. Trata-se, nada verdade, de uma naturalização da violência contra mulher, que é um princípio da violência cultural, ou seja, tornar mais “aceitável” uma determinada violência à medida que ela se repete historicamente. É importante destacar também o caráter eminentemente ativo da cultura na constituição de uma sociedade mais ou menos igualitária, afinal, os princípios culturais estão intrinsecamente ligados à violência e à paz, já que legitimam conflitos ou relações pacíficas entre os sujeitos sociais.

Sendo a cultura elemento vivo, orgânico e dinâmico do tecido social, percebemos que muitos dos aspectos que reforçam a naturalização da violência de gênero são oriundos de premissas históricas instauradas por quem detém o poder. Em uma acepção do filósofo

camaronês Mbembe (2011), a naturalização parte de uma “soberania”, ou seja, de “uma autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias” (p. 10). Por esse prisma, estabelecemos um paralelo entre uma instrumentalização da existência humana, de modo generalizado, e a tentativa de destruição material e simbólica de determinados corpos e populações, como no caso de mulheres pretas periféricas.

Para Mbembe (2011), a soberania viola leis e transgride normas e questões éticas, sendo expressa em seu debate como um “direito de matar” ou de definir quem pode viver. Chegamos, assim, ao uso conceitual da *necropolítica*, ou seja, do uso do poder político e social que determina como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer. Com esse conceito, percebemos o quanto as estruturas existentes na contemporaneidade perpetuam a necropolítica em relação às populações mais vulneráveis, como pessoas pretas e pobres e boa parte das mulheres. O exemplo da violência doméstica, inclusive, demonstra de forma nítida como essa problemática não recebe a devida atenção de órgãos públicos e acaba por desencadear altos índices de feminicídio, especialmente em países do sul global, como os latino-americanos.

No entanto, as práticas que levam à violência direta encontram força primeiramente na formação da estrutura social e, sobretudo, nas relações com a cultura — esta fortemente marcada pela naturalização da violência contra mulheres. Esse processo foi criado, disseminado e fortalecido em um sentido histórico a partir de abordagens diferenciadas, que passam pela perspectiva religiosa (origem da vida), pela divisão sexual do trabalho e encontram fôlego até mesmo em teorias científicas, como veremos a seguir.

Do religioso ao biológico: argumentos de fundamentação da violência contra a mulher

A história das mulheres é, acima de tudo, uma história silenciada. Acreditamos, portanto, ser importante situar nosso leitor na história da opressão das mulheres e de como a submissão feminina passou a existir, explicitando premissas culturais que potencializaram a naturalização da inferioridade da mulher em relação ao homem na sociedade.

Os argumentos tradicionalistas mais popularmente aceitos, segundo a historiadora austríaca Gerda Lerner (2019), são de cunho religioso e biológico. O primeiro fundamenta-se na ideia de que Deus criou a mulher naturalmente submissa ao homem, sendo sua condição básica a de fazer companhia a ele e, juntos, procriarem. Com relação a essa prerrogativa, percebemos em Michele Perrot (2005, p. 9) uma passagem interessante que traduz como a questão religiosa promove o silenciamento da mulher, com o intuito de reverberar sua condição subserviente ao homem:

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é comum das mulheres. Ele convém à sua posição subordinada e secundária. (...) O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento.

Encontramos em dogmas religiosos símbolos e significados responsáveis pela construção de um imaginário coletivo em que mulheres não deveriam realizar as mais diversas atividades, desde falar em público até ler ou estudar, por exemplo. Quaisquer insurgências ou desobediências das regras impostas seriam pagas com punições, muitas vezes severas. Tal prerrogativa pode ser constatada no grande mito da humanidade: a origem da vida em Adão e Eva. Por desobedecer a uma regra vital para a condição de se manter no paraíso junto com Adão, Eva é culpabilizada por todos os males da humanidade e os dois são punidos e expulsos do paraíso. À Eva, foi dada ainda uma penalidade muito maior, conforme indica a passagem em Gênesis, 3:16: “parirás em dor e ansiarás pelo teu homem; e ele te dominará”. Ou seja, encontramos já na linguagem bíblico-cristã as bases formuladoras de uma sociedade patriarcal que subjuga a mulher, culpando-a inclusive pelos próprios males sofridos. Nasce daí a ideia de que toda mulher carrega a “maldição de Eva”, ou seja, de que somos sempre culpadas e julgadas por nossos atos, sobretudo quando nos rebelamos às violências do poderio masculino.

A ideia de controle sobre nossos corpos e almas é levada à cabo desde o mito de Adão e Eva, mas não somente por ele. Figuras religiosas como Maria Madalena, Jezebel e Salomé¹ são exemplos de como a religião cristã corrobora em uma perspectiva difamatória da imagem da mulher desde há muito tempo. Concebê-la como aquela que trai, que é invejosa, ciumenta, dissimulada e provoca os homens provém de estigmas introjetados também pela ordem religiosa.

No que concerne à Igreja Católica, suas práticas violentas não se limitam apenas à construção de uma face simbólica, mas também se efetivam de modo físico e psíquico — bastante particular, inclusive, como no regime de caça às bruxas² na Idade Média. Sobre essa prática genocida, Silvia Federici (2018, p. 153) argumenta:

A Igreja Católica forneceu o arcabouço metafísico e ideológico para a caça às bruxas e estimulou sua perseguição, da mesma forma que anteriormente havia estimulado a perseguição aos hereges. Sem a Inquisição, sem as numerosas bulas papais que exortavam as autoridades seculares a procurar e castigar as “bruxas” e, sobretudo, sem os séculos de campanhas misóginas da Igreja contra as mulheres, a caça às bruxas não teria sido possível.

¹ Por carregar a “maldição de Eva”, todas as mulheres são culpadas em maior ou menor grau, segundo os textos de Gênesis 3. Desse modo, outras mulheres, de acordo com narrativas bíblicas, são também culpadas por sua sensualidade e adultério, como no caso de Maria Madalena. Salomé e Jezebel são consideradas sinônimos de mulheres manipuladoras, promíscuas e conspiradoras, com alto teor de crueldade e responsáveis pela morte de João Batista e de vários profetas de Deus, respectivamente.

² Para Federici (2018, p. 24), “a figura da bruxa encarna um universo de sujeitos femininos, os quais o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher que conspira e envenena seu senhor, a mulher que incita a rebelião dos escravos”. Segundo a autora, o regime de caça às bruxas representou uma empreitada de extrema violência com base no sexismo, na misoginia e no machismo que vai da Idade Média ao século XVIII. Essas mulheres, queimadas e torturadas até a morte, eram, na verdade, uma ameaça à estrutura de poder do patriarcado na época e, por isso, foram estigmatizadas e punidas cruelmente em nome de um “controle social que caracterizava tal prática institucional na relação entre homens e mulheres” (Federici, 2018, p. 292).

Federici aponta ainda que o Estado atuou em conjunto com a Igreja para que a caça às bruxas não apenas fosse instituída legalmente, mas se expandisse por vários países europeus, a fim de aprofundar a divisão entre homens e mulheres por meio do medo e do autoritarismo. Essa era uma forma eficiente, para a Igreja e o Estado, de instaurar mecanismos de controle social sobre as mulheres, em especial as camponesas e de classes populares, que muitas vezes se mostravam incompatíveis com as crenças religiosas cristãs e os regimentos disciplinares do trabalho capitalista. A verdade é que qualquer representação mínima de ameaça a qual essas mulheres pudessem ofertar, haveria rigorosa retaliação em conformidade entre Estado, Igreja Católica e classe dominante.

Diante da breve análise que fizemos até aqui, podemos afirmar que um dos elementos fundadores de práticas violentas contra as mulheres é a misoginia, ou seja, ódio ou aversão profunda de homens para com mulheres. Para Federici (2018), a misoginia não só formou as bases da violência de gênero, como fortalece os mecanismos de controle social. E ainda que o repúdio às mulheres se apresente hoje, por vezes, de maneira sutil ou baseada em microagressões³, as situações de opressão persistem e se baseiam nos discursos prontos de um passado histórico violento que ainda legitima violências contra mulheres até hoje.

No entanto, não são apenas as narrativas cristãs e os fundamentos propagados pela Igreja Católica que estimulam a misoginia. A mitologia grega também colaborou para esse processo, em especial por meio da disseminação de imagens deturpadas e caluniosas acerca de figuras míticas como Pandora, Medusa ou Hera, que, respectivamente, representam mulheres ou deusas curiosas e desobedientes, provocadoras com sua beleza e de temperamento irracional. De uma forma ou de outra, mais uma vez voltamos à concepção que se tornou cristalizada em nossa sociedade: a mulher é culpada por tudo de ruim que acontece.

Se fizermos uma relação entre tais premissas e a problemática da violência na atualidade, é possível constatar que se trata do mesmo discurso proferido, só que em outro contexto. Isto é, até hoje mulheres são culpabilizadas por sofrerem com atos violentos como estupro, assédio, agressões físicas e verbais, entre tantas outras práticas abusivas. Uma pesquisa⁴ do instituto Datafolha mostra que pelo menos 33,3% dos entrevistados acreditam ser culpa da vítima o abuso sofrido; entre os homens, a taxa sobe para 42%. Do total, 37% responderam que mulher que “se dá o respeito” não é estuprada e 30% acreditam que mulheres que usam roupas provocantes não podem reclamar de assédio ou estupro, pois estariam “pedindo” para isso acontecer. Esse resultado é uma pequena amostra do motivo maior da falta de denúncia das vítimas e do quanto a questão da violência de gênero está longe de ser pensada como algo estrutural a ser combatido em uma instância justa e igualitária.

³ Microagressões, segundo Chester Pierce (1974), são ações que se manifestam na forma de expressões verbais, representações culturais e reações físicas como rituais sociais que demonstram desprezo por minorias raciais.

⁴ A pesquisa do Datafolha foi realizada entre 1 e 05 de agosto de 2016, com cerca de 3.625 entrevistados em 217 cidades brasileiras (Fonte: Portal G1).

Discutido então o argumento tradicionalista religioso, faz-se necessário abordarmos o de cunho biológico. Teorias como as de Freud⁵ sobre diferenças sexuais consubstanciaram o fundamento que o humano normal seria macho, e não fêmea, e que a anatomia seria um destino, sendo, portanto, reservado às fêmeas um papel secundário de geração de filhos e corroborando a ideia da supremacia masculina nas relações de gênero (Lerner, 2019). Essas teorias defendiam que “a mulher se completaria na maternidade e sobretudo se tivesse um filho do sexo masculino” (Zafiroopoulos, 2009, p. 15), alimentando até hoje em muitas culturas⁶ a ideia de que filhos são uma benção e filhas são um castigo.

Ainda sobre teorias freudianas acerca da feminilidade, é importante frisar que, apesar de adotar uma visão sexista acerca da função social da mulher, Freud rompeu paradigmas quando desenvolveu métodos diferenciados para o trato da *histeria*⁷, naquele momento diretamente associada ao sexo feminino: “Talvez alguns estudiosos digam que a delicadeza ou sensibilidade de Freud permitiu que as histéricas projetassem sua voz, exercessem seu direito à fala, e que ele, um homem à frente de seu tempo, escutou as dores histéricas.” (Aires, 2018, p. 30). Desse modo, o que se considera “revolucionário” em Freud foi sua predisposição a escutar os desejos de mulheres até então estigmatizadas pela ciência, produzindo inclusive, após a análise de diversos casos, uma tese intitulada *Estudos sobre a histeria*, em 1896, que demarcava um passo importante para a compreensão do fenômeno com base na teoria do trauma, fundamental para os estudos da psiquiatria moderna (D’Ângelo, 2017).

Contudo, em uma abordagem científica, não apenas a psicologia calcada na psicanálise freudiana foi responsável por cristalizar um pensamento equivocado acerca do ser feminino, em uma construção culturalmente violenta de sua imagem, como a filosofia e, mais adiante, as ciências sociais traçaram caminhos preocupantes para a compreensão da mulher como ser social, como veremos a seguir.

As perspectivas sociológica e filosófica de naturalização da violência de gênero

Críticas feministas desconstruem a perspectiva freudiana sobre o argumento biológico da supremacia masculina, rediscutindo os sentidos dos atributos sexuais e propondo que o gênero é um produto histórico — ou seja, mulheres geram filhos em razão

⁵ Segundo Freud, o humano normal era macho, a fêmea era um ser desviante, sem pênis. Essa teoria levava a crer que “anatomia é destino” e, portanto, o ser masculino era naturalmente superior ao feminino (Lerner, 2019).

⁶ Segundo uma pesquisa realizada em 2013 pelo jornal americano *Daily Mail*, nos EUA a ideia de que um filho dá “menos trabalho” que uma filha é motivo para que mais de 40% de pais entrevistados tenham respondido preferir conceber meninos, em vez de meninas. (Fonte: Portal Terra).

⁷ Ainda na Grécia Antiga se considerou que a histeria era uma doença única e exclusivamente interligada ao sexo feminino (*histerus* significa útero). Na Idade Média, a histeria foi associada à bruxaria, levando milhares de mulheres a serem queimadas na fogueira. “Por um longo período, a histeria foi associada puramente ao feminino, sendo uma condição para caracterizar mulheres com surtos de pânico, ansiedade, irritabilidade, insônia, dores de cabeça, perda de apetite, e outros sintomas” (Ferreira, 2016). No entanto, somente com os estudos de Freud, no século XIX, percebeu-se que a histeria era uma manifestação física de questões psíquicas e que não havia necessariamente relação com o gênero.

do sexo, mas cuidam deles devido ao gênero. Desse modo, se o gênero é responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade e é uma construção social, como chegamos à tese de naturalização da inferioridade feminina que alimenta as práticas de violência?

A perspectiva marxista nos mostra outros caminhos. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2017[1884]), Engels remonta a uma discussão que propõe um olhar mais igualitário em relação à divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, antes da existência da propriedade privada. Acredita-se que, em determinado momento pré-histórico, sociedades tribais não faziam distinção sobre a posição de importância entre os sexos — cada qual cumpria sua função e tinha os mesmos direitos. Somente ao longo do tempo, com o surgimento do Estado, houve a transição da família monogâmica para a patriarcal e a instituição do direito à propriedade privada, possibilitando maior controle sobre a sexualidade e a questão reprodutiva da mulher e exigindo que esta se casasse virgem e assumisse uma função subserviente ao marido (Engels, 2017).

Os estudos de Engels sobre as relações de parentesco, a divisão sexual do trabalho e o estabelecimento da posição da mulher na sociedade a partir da propriedade privada trouxeram contribuições significativas para questões teóricas do feminismo moderno e contemporâneo, embora sua argumentação acerca da escravização de mulheres com base no desenvolvimento da propriedade privada seja amplamente refutada, por sabermos que não foi somente esse aspecto o responsável pela condição de heteronomia das mulheres em relação aos homens. No entanto, por romper com o determinismo biológico dos tradicionalistas, as teóricas feministas reconhecem a importância de Engels para a teoria evolutiva das relações entre os sexos.

Se, por um lado, Engels aborda a sujeição das mulheres em um sentido político e econômico, Lévi-Strauss (2012), por uma perspectiva antropológica, mostra como a subordinação feminina foi essencial para a formação da cultura patriarcal. O autor afirma que, a partir do tabu do incesto, criou-se uma regra suprema de “doação”, isto é, instituiu-se a troca de mulheres entre grupos tribais, desencadeando alianças entre esses grupos e interações mais pacíficas que culminaram em transações comerciais nas quais as mulheres eram os produtos e, em vista disso, foram transformadas em mercadorias, coisificadas e reificadas, sendo demarcadas como propriedades dos homens em suas relações de parentesco.

As duas teorias em questão fundamentam a subordinação das mulheres, tanto no sentido marxista, quanto no de significados e símbolos. No entanto, para além de pensar o que de fato originou a desigualdade entre os sexos, é importante compreender como essa diferenciação, ocasionada pela divisão sexual do trabalho, legitimou a opressão das mulheres pelos homens. A formação do ego masculino e a ideia de “domesticação” deles em relação a elas é algo também discutido por Lerner e outras teóricas feministas, como Susan Brownmiller e Elizabeth Fisher:

A formação do ego do indivíduo do sexo masculino, que deve ter ocorrido em um contexto de medo, admiração e possivelmente pavor da mulher, pode ter levado os homens à criação de instituições sociais para incentivar o ego, aumentar a autoconfiança e validar sua noção de valor. (...) Susan Brownmiller vê a capacidade

que o homem tem de estuprar como causa da propensão a estuprar mulheres, e mostra como isso levou à dominação dos homens sobre as mulheres e à supremacia masculina. Elizabeth Fisher argumentou de modo engenhoso que a domesticação de animais ensinou ao homem seu papel na procriação, e que a prática da reprodução forçada de animais deu-lhe a ideia de estuprar mulheres. Ela alegou que a brutalização e a violência relacionadas à domesticação de animais geraram a dominância sexual e a agressividade institucionalizada do homem (Lerner, 2019, pp. 75-76).

Todavia, podemos inferir de tais discussões que, mesmo apontando caminhos interessantes, essas hipóteses se limitam a encontrar em apenas uma causa explicações para a dominação de homens sobre mulheres. Nesse sentido, teorias como a de Lévi-Strauss são consideradas mais completas para a compreensão do fenômeno.

Além disso, o controle reprodutivo, segundo Quentin Meillassoux (1972), antecede a propriedade privada, levando a teoria de Engels a ser refutada como causa primária da opressão. O filósofo defende que a reificação não seria em relação à mulher propriamente, mas à sua capacidade reprodutiva, o que nos leva a crer que a comercialização entre tribos se utilizava de mulheres para manter a continuação da comunidade e a forma que encontravam de coagi-las era por meio do estupro, do matrimônio forçado e da criação de laços afetivos com seus filhos. Essa é uma das teorias mais bem aceitas pelos estudos feministas sobre causas primárias de dominação masculina e de como se origina culturalmente a escravidão de mulheres.

Além disso, o fortalecimento da dominação masculina encontra fundamentação também em bases filosóficas, em especial em Aristóteles, que desenvolveu um sistema de símbolos centrado na importância crucial do macho para procriação e, em menor grau, da fêmea, elucidando um pensamento de amplo alcance que influenciaria diversas gerações (Aristóteles, 2017). Segundo o filósofo grego, a fêmea é um macho mutilado, destituída de alma, passiva. Além disso, para ele, a matéria é menos importante que o espírito. Em seus argumentos, o esperma (semente) seria uma contribuição mais espiritual do que material, diferentemente da fêmea, que, por ser passiva, apenas receberia o esperma em seu corpo, para então contribuir de modo material à geração da vida (Aristóteles, 2017).

Tais postulados servem de base para respaldar a inferioridade biológica feminina, levando-o a afirmar que se a mulher é inferior em um sentido biológico, também o é em um sentido emocional e, sobretudo, racional, determinando diferenciações em essência, função e potencial entre homens e mulheres. Legitima-se, assim, a legitimação de práticas violentas de modo institucionalizado, excluindo as mulheres da cidadania, tornando-as incapazes de ter autonomia e até mesmo de tomar decisões individuais, como assinala a passagem a seguir:

A visão de mundo de Aristóteles é tanto hierárquica quanto dicotomizada. A alma comanda o corpo; o pensamento racional comanda o emocional; humanos comandam os animais; homens comandam mulheres; senhores comandam escravos; e gregos comandam bárbaros (Lerner, 2019, p. 255).

Desse modo, Aristóteles constrói o argumento da hierarquia como algo natural para grupos subordinados, especialmente de mulheres em relação aos homens. Essa teoria também vai fundamentar as bases para justificar a escravidão, considerada até então polêmica e questionável. Para tanto, argumenta que, assim como a mulher, o escravo não tem essência (alma) nem potencial (racionalidade), logo, sua função seria a de subserviência ao seu senhor.

Fato é que as proposições elucidadas pelo filósofo grego serviram de base para conduzir parte do pensamento ocidental, naturalizando práticas violentas de homens contra mulheres, seja nas relações maritais, na exploração sexual por meio da prostituição e do concubinato⁸ ou em práticas de violência física, psicológica e simbólica, como o estupro, a escravidão, ou ainda a manipulação da mulher como fantoche⁹.

De acordo com o que foi exposto até aqui, constatamos que, desde a criação de mitos religiosos e gregos, passando pela filosofia de Aristóteles, pela teoria marxista de Engels e pela perspectiva antropológica de Lévi-Strauss, até chegar aos preceitos psicanalíticos de Freud, a questão da dominação masculina se entrecruza em diversos aspectos, tecendo ideais negativos sobre a imagem da mulher, a fim de naturalizar e justificar os sentidos conferidos à violência de gênero.

Percebemos, contudo, que a perpetuação da violência de gênero em tempos atuais advém justamente da construção histórica impetrada em um cenário largamente misógino, sexista, machista e, sobretudo, racista. Nesse sentido, a violência cultural que se transforma em simbólica e se materializa de modo direto e estrutural categoriza uma problemática legitimada por instituições, mecanismos psicológicos e pelos mais diversos campos, como religião, ciências formais, artes e a mídia.

Considerações finais

A partir do panorama traçado neste trabalho, consideramos importante refletir e destacar como perspectivas construídas acerca do papel social de gênero criaram um imaginário coletivo que desencadeou práticas violentas contra mulheres. Além disso, é preciso observar como aspectos culturais foram imprescindíveis para a validação da violência contra mulher, provenientes de um sistema de dominação-subordinação.

Em virtude de acepções diversas sobre a naturalização da violência de gênero, elencamos primeiramente a abordagem de Galtung (1990), demonstrando como o triângulo da violência se interrelaciona a partir dos diferentes tipos de violência – direta, estrutural

⁸ Segundo Gerda Lerner (2019), uma forma de exploração sexual de mulheres na Antiguidade era por meio do concubinato, em que muitas escravas eram submetidas a se relacionarem sexualmente com seus senhores e com quem eles determinassem. Homens podiam cometer adultério livremente, mesmo em um casamento monogâmico, e isso acontecia, geralmente, com meretrizes e escravas que se tornavam suas concubinas.

⁹ Conforme o aparato do Estado se torna mais complexo, os papéis das mulheres vão se tornando limitados, segundo Lerner (2019). Nessa configuração, o poder da esposa estava condicionado à vontade do seu marido; não havia nenhuma autonomia para as mulheres.

e cultural —, promovendo o desenvolvimento de uma sociedade eminentemente violenta contra mulheres. A ideia de submissão natural, bem como a criação de estereótipos de gênero fundamentaram as bases culturais machistas e sexistas na caracterização do tecido social, aspectos que se perpetuam até o momento. Tais aspectos, amparados em um processo histórico de cunho violento e reforçado pela desigualdade de gênero e raça, geram entraves nas estruturas de mobilização da pirâmide social, ressignificada com o tempo, porém alicerçada ainda na violência cultural e em seus desdobramentos, como o medo e a opressão.

Quando as práticas violentas se mostram interseccionais, como no caso de mulheres afro-latino-americanas, reforçamos a importância de se pensar a naturalização da violência a partir de marcas produzidas pela colonialidade do poder, gerando, conseqüentemente, “feridas abertas” ou ainda não cicatrizadas, como coloca Grada Kilomba (2019), que destaca o silenciamento como um fator preponderante da violência não apenas cultural, mas também direta e até mesmo estrutural. Em sua obra *Memórias da plantaço*, ela retoma a discussão invocada pela autora indiana Gayatri Spivak (1995) sobre a possibilidade ou não de a mulher subalterna indiana falar. A resposta, obviamente, é dada com uma negativa, ainda que o silenciamento não seja de ordem física, mas sim simbólico, cultural.

O processo histórico nos mostra de modo contundente que, diante de abordagens diversas como a sociológica, filosófica ou até mesmo de teorias mais modernas, como a dos estudos para paz (Galtung, 1969, 1990), a naturalização da violência contra a mulher se encontra enraizada também na construção cultural que vai do pensamento religioso ao científico, e se propaga por meio de dogmas e ideologias provenientes do sistema patriarcal, com o intuito de manter as estruturas vigentes. De modo geral, medo e crueldade, nessa perspectiva, são utilizados como dispositivos de destruição humana na experiência contemporânea.

Aline Lisboa é Doutora em Mídia e Tecnologia e doutoranda em Comunicação, ambos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. Professora da Universidade Estadual Paulista- Unesp. Integra 4 grupos de pesquisa na mesma instituição.

Raquel Cabral é Doutora em Comunicação e Mestre em Estudos Internacionais em Paz, Conflitos e Desenvolvimento pela Universitat Jaume I, Espanha. Pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Guilherme de Oliveira é Mestrando em Mídia e tecnologia e Graduado em Relações públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp.

Referências

- AIRES, Suely. Corpos e sujeitos. **Revista Cult**, n. 238, 10 set. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/psicanalise-corpos-e-sujeitos/>. Acesso: 8 ago. 2023.
- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Lafonte, 2017.
- CABRAL, Raquel; GONÇALVES, Gisela; SALHANI, Jorge. Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para paz. **Revista Organicom**, v. 15, n. 28, p. 47-74, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- D'ÂNGELO, Helô. Debater misoginia na psicanálise evita "má interpretação" de Freud". **Revista Cult**, Psicanálise, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/freud-histicas-misoginia-na-psicanalise/>. Acesso: 08 ago. 2023.
- DOSSIÊ VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES. Disponível em: <https://dossies.agenciapatricia-galvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo/>. Acesso: 12 ago. 2023.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017[1884].
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERREIRA, Victória. O mito da mulher histórica e sua consequência sobre as mulheres. Medium, Lado M, 26 abr. 2016. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/o-mito-da-mulher-historica-e-sua-consequencia-sobre-as-mulheres-1346068f6bc4>
- GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167- 191, 1969.
- GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace research**, v. 27, n. 3, pp. 291-305, 1990.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares de parentesco**. 7.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- MEILLASSOUX, Claude. From reproduction to production: A marxist approach to economic anthropology. **Economy and Society**, n. 1, p. 93-105, 1972.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Paulo: N-1 Edições, 2011.
- MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- NONATO, Claudia. Sérgio Adorno: Reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira. **Revista Comunicação & Educação**, v. 4, n. 2, p. 93-100, 2015.

- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ZAFIROPOULOS, Markos. A teoria freudiana da feminilidade: de Freud à Lacan. **Revista Reverso**, v. 31, n. 58, p. 15-24, 2009

Como citar:

LISBOA, Aline; CABRAL, Raquel; OLIVEIRA, Guilherme de. A violência cultural contra mulheres durante o processo histórico: Tessituras entre abordagens diversas. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 5, n. 5.1, p. 118-130, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>